

PROJETO CHAVEIROEIRO: TRADIÇÃO ORAL, MEDIAÇÃO DE LEITURA E PERCURSOS NARRATIVOS DE UMA CONTADORA DE HISTÓRIAS

PROJETO CHAVEIROEIRO: ORAL TRADITION, READING MEDIATION AND NARRATIVE PATHS OF A STORYTELLER

Mafuane Oliveira¹

Resumo: Trajetória de arte-educadora, contadora de histórias em ambientes escolares e centros culturais no Brasil, em Cuba, em São Tomé e Príncipe e em Moçambique.

Abstract: Trajectory of art educator, storyteller in school environments and cultural centers in Brazil, Cuba, São Tomé and Príncipe and Mozambique.

Palavras-chave: arte-educadora; contadora de histórias; ambientes escolares; centros culturais.

Keywords: art educator; storyteller; school environments; cultural centers.

“A escrita é uma coisa e o saber é outra.

A escrita é a fotografia do saber, mas ela não é o saber em si.

O saber é uma luz que está no homem.

É a herança de tudo o que nossos ancestrais puderam conhecer

e que nos transmitiram em germe, exatamente como o baobá,

que já está contido em potência em sua semente”.

(Tierno Bokar)

A vida que eu abandonei

Quem hoje me encontra colorida, narrando histórias, dando risada, sentada no chão, brincando com as crianças, participando de programas infantis ou mesmo trabalhando com formação de educadores, mal pode imaginar que eu nunca desejei ser professora.

¹ Pesquisadora, arte-educadora, contadora de histórias, graduada em pedagogia, idealizadora do Projeto Chaveiroeiro, companhia de Narração de Histórias, voltada à pesquisa e transcrição de narrativas tradicionais brasileiras, africanas e afro-luso-ameríndias.

Em 2005, no primeiro dia de aula da graduação em pedagogia, criei inimizade com metade da turma, porque enquanto várias pessoas se apresentavam dizendo que haviam escolhido o curso porque “amavam crianças”, eu fui logo dizendo, com tom provocativo e arrogante, que tinha pavor de me imaginar em uma sala de aula com crianças e que não desejava ser professora polivalente em hipótese alguma, mas me interessava em estudar relações de ensino e aprendizagem e psicologia da educação.

Sempre pensei que gostar de criança não era argumento suficiente para desejar ser professora, neste barco que só deve entrar quem deseja contribuir para construção de uma sociedade mais justa, mais respeitosa, quem estiver disposto a acolher todas as culturas, etnias, mas sobretudo compreender as responsabilidades da ação política e transformadora que envolve o ato de educar.

Hoje me recordo daquele primeiro dia de aula da faculdade com sorriso no rosto, porque, na época, mal poderia imaginar que ingressaria no curso afirmando não suportar docência escolar e que iria terminar o último dia viciada em sorriso de criança, literatura infanto-juvenil, mediação de leitura e narração de histórias. A escola me salvou de uma vida sem graça num escritório, em frente a um computador, controlando gráficos, absenteísmo e performance de funcionários mal remunerados.

Esta era a minha vida até 2007, funcionária de uma grande instituição financeira, na qual ocupei diversos cargos, como Operadora de Telemarketing, Assistente de RH, Supervisão, Treinamento e outros. Em 2008, finalmente tive coragem e surgiu a oportunidade de atuar na área da educação como professora de sala de leitura, no projeto intitulado Infoeducação², do professor Edmir Perrotti (ECA/USP). Abandonar uma carreira sólida, em franca ascensão, para se dedicar a um sonho, era uma situação pouco comum entre os colegas do mundo corporativo. Meu diretor geral, na reunião de desligamento, antes de assinar a carta de demissão, me desqualificou, abanando a cabeça em tom de reprovação, e disse: “você vai então deixar o banco para dar aula em escolinha... Onde será que isto vai te levar? Boa sorte...”

As crianças e a literatura infantil dignificaram a minha vida, possibilitaram que eu me reinventasse, me levando a mundos nunca antes imaginados, mas sobretudo reavivaram a “pequena Mafuane”, a criança que fui um dia. Ao longo dos últimos anos, entreguei à minha criança interior todo o legado afro-ameríndio e narrativas da diáspora africana que a escola dos anos 90 a negou.

2 “A formulação do conceito de *infoeducação*, fundamentada em investigações teórico-práticas, redefine relações históricas e assimétricas existentes entre informação e educação, articulando-as de forma dinâmica e não hierarquizada. Trata-se de ruptura epistemológica e prática que, além de desenvolver um corpo de distinções teóricas e metodológicas, abre trilhas para a superação de abordagens restritas, focadas apenas em perspectivas procedimentais e adaptativas que, como no passado, subordinam o campo da informação ao da educação, atitude desconectada da realidade cultural contemporânea. (...) Sua abordagem transdisciplinar e sociocultural permite-lhe ocupar-se tanto das dimensões epistêmicas fundamentais, envolvidas nas relações entre informação e educação, como fornece bases para que bibliotecários, museólogos, arquivistas e os dispositivos em que atuam ganhem centralidade e essencialidade nas dinâmicas de apropriação de informação, conhecimento e cultura, em nossa época.” (PERROTTI, 2016, p. 4). Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28314>>

Novo Mundo, nova vida: professora de literatura infanto-juvenil

Iniciei a vida na docência acreditando no potencial da educação, na transformação das pessoas e acendi uma luz interna, uma aptidão com as crianças totalmente desconhecida e meu elo com os alunos se estabeleceu justamente pelas trocas proporcionadas pela literatura infantil.

A convicção de que não desejava ser professora polivalente permaneceu e o chamado para área da educação veio durante as disciplinas da faculdade que trabalhavam com literatura infantil e exercícios de adaptar notícias e fatos históricos para o universo infantil. Como a minha primeira atuação foi justamente como professora de sala de leitura³ que chamávamos de “Estação do Conhecimento”, desenvolvi atividades de incentivo à leitura, indicando livros, promovendo rodas de conversas, contando biografia de autores, fazendo o lançamento de livros paradidáticos através da narração de histórias.

A narração de histórias foi um desafio imposto já na entrevista de emprego, pois fazia parte das minhas atribuições ser gestora da biblioteca, desenvolver atividades pedagógicas e, dentre a oferta de atividades, deveria haver, no mínimo, uma narração de histórias mensalmente. Eu nunca tinha trabalho como narradora, mas, tendo apoio de colegas que estavam no cargo há mais tempo, não foi muito difícil: a cada narrativa eu ia melhorando a minha performance e abandonando as inseguranças. Estes momentos de narração tornaram-se revigorantes tanto para rotina das crianças quanto para minha. Era nesta lacuna pedagógica que tínhamos espaço para contos populares do Brasil e de outros lugares do mundo. Foi então que, no decorrer dos meses, fui percebendo que o vínculo não era estabelecido apenas pela minha prática docente, mas estava relacionada à experiência de ouvir histórias. O vínculo não era comigo, mas com as histórias que eu contava oralmente. Mais adiante, busquei formas de aperfeiçoamento em cursos e palestras de narração de histórias, na busca de compreender as relações entre o conteúdo literário e a performance por uma ótica educativa.

Contar histórias, um ato aparentemente simples, auxiliava os pequenos e pequenas a se desenvolverem, a transpor barreiras, a se deparar com medos e vencê-los, por meio das fábulas, mitos, provérbios. A prática da narrativa atendia às minhas expectativas de oportunizar uma relação prazerosa das crianças com as histórias e com a biblioteca, somada à intenção da escola que desejava incentivar a leitura, porque com frequência as crianças emprestavam do acervo os livros que eu apresentava como referência da narrações de histórias e dependendo dos casos tínhamos recordes de empréstimos e fila de espera.

³ Na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, o espaço da biblioteca era conhecido como “Estação do conhecimento”, orientado por dispositivos informacionais que objetivam a formação de um aluno leitor e crítico, capaz de pesquisar, interpretar e formular novas informações, em um conceito de biblioteca interativa. Para dinamizar este processo, permitindo que a criança se mova de forma autônoma, os livros ficam guardados nas estantes viradas para a frente, possibilitando o convite e a escolha da leitura por meio da imagem das capas, em nichos ou estantes baixas, para que as próprias crianças possam acessá-los. As cadeiras e mesas coloridas, na altura das crianças, e os pufes espalhados pelo espaço, tornam o ambiente acolhedor e convidativo à leitura.

Minhas intervenções, na maioria das vezes, estavam obrigatoriamente relacionadas ao currículo e aos temas que as professoras polivalentes ou especialistas estavam trabalhando em sala de aula. Eventualmente alguma efeméride do Brasil ou do Mundo também aparecia. Sendo assim, as literaturas ditas como “clássicas”, os gêneros narrativos e autores ícones celebrados não apenas pela escola mas também pela mídia e prêmios literários tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental e médio, estavam muito presentes nas minhas aulas.

Uma vez por mês, eu tinha autonomia para preparar as atividades livres que não precisavam estar relacionados a leitura dos paradidáticos. Era nestes momentos que eu e outras educadoras e educadores das salas de leitura de outras unidades fazíamos as crianças viajarem por espaços e realidades desconhecidas.

Eu lecionava numa rede colégios particulares e no repertório cultural das crianças de classe média majoritariamente branca que eram alunos dessa rede pouco estava presente a literatura de cordel, o universo nordestino, culturas asiáticas e africanas. A cada história era possível apresentar também imagens de lugares pouco conhecidos, problematizar desigualdades, apresentar a biografia de ícones históricos como Zumbi, Gandhi, Malcolm X.

As questões étnico-raciais apareciam de forma bem tímida através de livros paradidáticos adotados, como “Bom dia Camaradas”, de Ondjaki, “A semente que veio da África”, de Heloísa Pires Lima, “África, meu pequeno Chaka”, de Marie Sellier, e “O gato e o Escuro”, de Mia Couto, sendo que este último trazia questionamentos das crianças mais relacionados à cor do autor que à história em si – elas perguntavam “*como ele pode ser africano e branco?*”. No currículo escolar, o trabalho com estes livros ainda estava muito vinculado à temática do estudo do processo de escravidão e colonização ou à mera análise da língua portuguesa, sem uma reflexão mais profunda sobre o universo dos povos africanos, tanto no passado quanto na África contemporânea.

A Contadora de histórias

2008, ano que comecei como professora da “Estação do Conhecimento”, foi justamente o ano de surgimento da lei 11.645/08, a qual alterava a lei 10.639/03⁴(GOMES, 2012). A partir do marco dessas leis, africanos em diáspora, seus descendentes afro-brasileiros, assim como as etnias indígenas, são reconhecidos oficialmente sob o ponto de vista do Estado e da sociedade brasileira como no exercício de sua cultura e cidadania, sujeitos históricos e sociais de direito pleno, protagonistas da construção da nossa sociedade e nacionalidade.

Partindo das reflexões obrigatoriamente incitadas pelo texto dessas leis, os espaços culturais

⁴ A lei surge partir da reivindicação política dos povos indígenas pelo direito ao reconhecimento às suas especificidades culturais, à educação diferenciada, à valorização de suas histórias e culturas na construção da nacionalidade e da sociedade mais ampla.

e artísticos públicos e privados também passaram a incorporar em suas programações intervenções relacionadas a temáticas negras e indígenas (contação de histórias afro-ameríndia/exposições/oficinas). Do ponto de vista do mercado, um grande número de novos materiais artístico-pedagógicos (livros infanto-juvenis/ cd's/ lápis de cor específico para diferentes tons de pele) e publicações especializadas nessa área são produzidos com o propósito de abordar tais temáticas. Essas leis não só mudam as relações e práticas pedagógicas dos espaços formais e informais de educação, como também produzem um mercado específico de produtos e serviços que vão ao encontro do atendimento dessas demandas históricas dos movimentos negros e indígenas, reorganizando, em parte, as relações sociais desiguais que sempre estruturaram historicamente a sociedade brasileira.

No entanto, as dimensões das diretrizes para educação das relações étnico-raciais também ultrapassam os limites dos espaços de educação formal. Foi neste contexto que permiti que a literatura infantojuvenil e prática de narração de histórias invadissem minha vida de tal maneira que ultrapassou os muros da escola. Criei, em parceria com a professora Marília Maia, a Cia Chaveiroeiro⁵ e passei narrar as histórias, que antes estavam limitadas ao contexto escolar, em espaços públicos. Idealizei a Cia Chaveiroeiro, em 2008, com o objetivo de desenvolver atividades de mediação de leitura, narração de histórias e pesquisas relacionadas a culturas Afro-ameríndias no Brasil e tradição de vários países. A Companhia desenvolveu projetos educacionais e pesquisas independentes em São Tomé e Príncipe (2012), Cuba (2014), Moçambique (2017), e em comunidades tradicionais negras/ quilombos em vários estados brasileiros. As questões impostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais passaram a ser abordadas em minhas performances e escolhas artísticas/pedagógicas.



Registro da atividade “BrincAfro no Circo Escola da Brasilândia”, realizada em novembro de 2015. Apresentação do conto ashanti “Ananse e o Baú de Histórias” - Foto de Lucas Redondo.

⁵ Atualmente é o Projeto Chaveiroeiro que oferece formação de professores, assessoria pedagógica e atividades de arte-educação e contação de histórias. Coordenado por mim, músicos e educadores convidados.

Diante da ausência de referências na educação e observando as lacunas da minha própria formação escolar e acadêmica, passei a fazer pesquisas independentes, numa aprendizagem autodidata, buscando inspiração na diáspora africana no Brasil e nas Afro-Américas, bem como nos desdobramentos dessas culturas no contato com as culturas ameríndias, aquilo que Lélia Gonzalez bem nomeou de “Amefricanidade”⁶. Minhas escolhas de repertório passaram a ter como pressuposto que as histórias possuem uma importantíssima função social, cognitiva e identitária que não servem apenas para incentivar a leitura e empréstimos de livros, como a escola me fez acreditar no início na minha carreira. Em 2009, percebi que esse não era apenas meu pensamento, mas que ele dialogava com a linha de argumentação da escritora Chimamanda Adichie, em sua reflexão sobre o “perigo de uma história única”:

Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida. (...) Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso perdido. (Adichie, 2009)

Foi a partir do momento que assumi esta responsabilidade que minha experiência como narradora de histórias mudou. Então, comecei a nutrir sonho de viajar para o continente africano, de ouvir histórias do outro lado do Atlântico, mas de também poder contar histórias populares brasileiras, fazendo assim um grande intercâmbio cultural. Não sabia por qual país começar, mas no primeiro momento me alicerçava na partilha de histórias como um valor civilizatório das culturas africanas e ameríndias.

Ainda em 2009, ministrei uma oficina de contação de histórias, no I Simpósio de Literatura Africana de Língua Portuguesa da UNESP-Assis, sobre minhas recentes descobertas na educação formal e em centros culturais a partir da literatura infantil e práticas relacionadas à oralidade. Neste Simpósio, conheci Ketty-Keila Borges, que iria ministrar a oficina intitulada “O estereótipo da mulher africana”. Ela era natural de São Tomé e Príncipe e estava fazendo intercâmbio no Brasil, estudando psicologia, na USP. No momento de dividir os alunos, mesmo com as placas, com nomes

nas portas, as pessoas se recusavam a acreditar que eu, brasileira, me chamava Mafuane⁷, e que a

⁶ GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n. 92/93, p. 69-82, Jan./Jun. 1988.

⁷ *Mafuane* é um nome de origem africana que significa “terra natal”, de acordo com a explicação que meus pais me deram desde criança. Quando estive em Moçambique, em 2017, as comunidades que visitei me disseram que meu nome, em changana, língua falada no sul de Moçambique, significa “guardadora de rebanhos”.

professora africana era a Ketty. Foi então que tive a primeira desconfiança de que nós negros diaspóricos e outros grupos sócio-raciais da população brasileira, muitas vezes, queremos criar uma África mítica e estamos pouco abertos para apreender e aceitar uma África contemporânea, com todas as suas potencialidades e contradições, com tudo que vai contra o imaginário estereotipado que criamos. Eu e Ketty ficamos amigas e ela falou tanto de seu país que até pouco tempo eu nem sabia que existia que terminei o Simpósio querendo fazer só uma coisa da minha vida: conhecer São Tomé e Príncipe! Queria descobrir suas histórias, músicas e poder partilhá-las com as crianças brasileiras. Queria, se possível, visitar todos os países de língua portuguesa, para poder subverter e ressignificar a experiência violenta de aprender a língua colonial forçadamente.

Literaturas afro-atlânticas

No primeiro semestre de 2012, cursei, como aluna especial, a disciplina “A mulher (se) escreve na África”, da professora Simone Caputo do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH/ USP. Essa disciplina, na qual fui ampliando meu olhar sobre autoras africanas de língua portuguesa, foi fundamental para me preparar para a viagem que idealizava para São Tomé e Príncipe e também para refletir quantas existiam lacunas na minha formação enquanto estudante do ensino médio, como graduanda, como educadora em constante construção... E, mesmo diante de um universo literário tão rico para adultos, como era escasso a oferta de repertório e narrativas para o público infantil e juvenil. Daquele curso em diante, decidi que estava apaixonada por Alda do Espírito Santo e por Conceição Lima, poetisas santomenses, e Paulina Chiziane, de Moçambique, entrava em meu radar, mas era necessário apresentar o universo dos países dessas mulheres para as crianças. E por mais que elas, na educação infantil ou mesmo no ensino fundamental I, não tivessem condições de saber das lutas de Alda do Espírito Santo, era possível que se conectassem com o solo que sustentava o pés dessas mulheres, as quais caminharam muito para escrever suas histórias e as histórias de seu povo.

Observar a ausência das populações negras do Brasil e do mundo nos currículos escolares passou a me incomodar cada vez mais, ao mesmo tempo em que estimulou e me nutriu a buscar informações não apenas nos livros, mas viajar para o continente africano e para os quilombos que eu adorava citar nas minhas narrativas como formas de resistência das populações negras, mas que até aquele momento eu não conhecia pessoalmente.

No segundo semestre de 2012, o sonho que seria realizado ao longo de uma vida se concretizou antes que eu pudesse acreditar: fui convidada para trabalhar na Embaixada Brasileira de São Tomé e Príncipe no Programa de Cooperação Internacional. Tive a oportunidade de partilhar um pouco da minha atuação como professora e narradora de histórias, realizei apresentações de histórias

brasileiras para as crianças e adultos, mas também ouvi histórias santomenses que passei a contar às crianças no Brasil. E este foi o início de uma grande busca pessoal que me conectou com tantos outros mestres e mestras das palavras que me revelaram não apenas a África, mas toda a riqueza da diáspora do Atlântico negro.



Apresentação de Contação de Histórias, realizada em 2012, no Centro Cultural Português, na cidade de Santo Antônio - São Tomé e Príncipe - Acervo pessoal.

Vovó Cici⁸, grande mestra e contadora de histórias, costuma dizer que “A Bahia é o pedaço da África nas Américas, não tem como dizer que não. O único lugar similar a Bahia é Habana Vieja [em Cuba], é a Bahia que fala espanhol. Até a risada é muito parecida”. Em 2014, tive a oportunidade de ver esta realidade com os meus próprios olhos. Foi o ano em que tive a oportunidade de partilhar histórias brasileiras num evento comunitário em Cuba, mas também pesquisar a infância e ver histórias de orixás e as culturas iorubanas sendo narradas, dançadas e cantadas por crianças e adultos em espaços culturais públicos, num domingo de manhã, com respeito e admiração. No Brasil, de outra forma, onde algo similar ainda é motivo de conflito e manifestação do racismo estrutural, limita-se a naturalidade da partilha destas histórias tão bonitas apenas ao contexto religioso e, quando estão presentes na escola, sempre é necessário muita negociação e justificativas pedagógicas consistentes.

⁸ Nanci de Souza Silva, conhecida também como Ebomi Cici de Oxalá. Disponível em: <<http://www.saravacidade.com.br/ser/vovo-cici-e-o-saber-ancestral-das-historias/>>



Apresentação de Dança das Crianças, realizada em 2014, em Cuba - Acervo pessoal

Recentemente, no Brasil, foi publicada pela editora Pallas Mini, a versão traduzida da obra da premiada autora cubana Teresa Cárdenas, “Mãe Sereia”, que apresenta as atrocidades pelas quais passaram os escravizados afrocubanos nos tumbeiros. Com delicadeza e beleza, a escritora apresenta uma das histórias de Yamí Aró, nome mais antigo de Iemanjá, que passa ser entoadado por uma menininha, também em um tumbeiro. Graças à súplica da criança, que soava como voz de um ancião cerimonioso de tão respeitosa e melodiosa, Iemanjá compadeceu-se e decidiu por fim ao sofrimento de quem estava no navio. Histórias que misturam mito e a fatos históricos, atualizando o repertório cultural de crianças e adultos em relação a como essas narrativas circulam não apenas no Brasil, mas na diáspora africana caribenha.



Apresentação de narração de histórias com chaveiro, realizada em 2014, em Cuba - Acervo pessoal

Em 2017 e 2018, estive em Moçambique, desvendando desta vez a África austral, mais uma vez interessada em entender como era possível subverter as violências do colonialismo linguístico e em apresentar universos pouco explorados para as crianças, através da literatura infantil. Semelhante ao processo de São Tomé e Príncipe, realizei apresentações de narração de histórias brasileiras e, numa oficina de partilha sobre o universo profissional da narração de histórias no Brasil e Moçambique, tive o privilégio de conhecer um pouco da literatura infantil moçambicana, contos orais de Moçambique e Eswatini⁹, país vizinho.

Depois de dez anos de carreira, existe muita coisa a ser feita, mas é preciso assumir também que muita coisa mudou: as leis acerca da educação étnico-racial, ainda que lentamente, obrigaram o mercado editorial a ampliar as publicações com temática racial e as universidades passaram a promover ações divulgando novos autores africanos. Em 2019, por exemplo, aconteceu o IV Seminário Internacional de Literatura Infantil e Juvenil e Práticas de Mediação Literária: (R)ex(s)istências Literárias na Contemporaneidade¹⁰, na Universidade Federal de Santa Catarina, no campus de Trindade, Florianópolis. Como parte das atrações do evento, a mesa-redonda “A literatura para infância em Mo-

⁹ Em abril de 2018, durante os eventos de comemoração dos 50 anos de independência do país, este teve seu nome modificado de Reino da Suazilândia para Reino de Essuatini, que significa “terra dos suázi” na língua suázi (ao invés de Swaziland, proveniente do inglês).

¹⁰ <http://hoje.unisul.br/seminarios-destacam-a-literatura-infantil-e-juvenil/>

çambique” contou com a presença dos jovens escritores moçambicanos Mauro Brito, Celso C. Cossa e Pedro Pereira Lopes. No entanto, conheci este último autor há poucos anos, ainda em Moçambique, onde tive a oportunidade de participar do lançamento de seu livro *A História do João Gala-Gala*, um livro infanto-juvenil publicado pela Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa e que conta com ilustrações de Luís Cardoso. O livro é baseado na biografia de Chico António, músico moçambicano, e narra a aventura de um rapaz, do campo para as margens das ruas da cidade, onde semeia amigos e histórias e recolhe sons e harmonias com que mais tarde comporá as suas canções.



Da direita para a esquerda, Pedro Pereira Lopes, Mafuane Oliveira, Celso C. Cossa e Mauro Brito, escritores moçambicanos. Breve encontro em Novembro de 2019, em São Paulo - Acervo pessoal

Se, em 2008, a escola em que eu trabalhava apresentava apenas Mia Couto, como ícone literário africano para infância, agora, a partir das minhas pesquisas, é possível apresentar Moçambique destacando também Mário Lemos, Rogério Manjate, Ungulani Ba Ka Khosa, Eliane N’Zualo e a diversidade da nova geração de jovens escritores talentosos, já citados.

E desde 2009, quando da minha primeira oficina na UNESP-Assis, nunca mais deixei de partilhar com outras educadoras e educadores minhas descobertas, meus erros e acertos no meio do caminho. O Projeto Chaveiroeiro vem se consolidando em minha experiência como narradora de histórias em ambientes de educação formal e informal, alinhado às minhas reflexões e sistematização de uma metodologia de ensino para formar novas/os contadoras/es de histórias e professoras/es.



Oficina para Gestores durante o Seminário Leituraço, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, realizada em Agosto de 2016 - Acervo pessoal

Em 2016, tive a felicidade de ser uma das arte/educadoras contratadas pelo Núcleo Étnico-Racial da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Nele, atuei como arte-educadora da temática de arte, literatura, cultura e história Africana e Afro-Brasileira, utilizando como linguagem artística e ferramenta de sensibilização pedagógica minha área de especialização: a contação de histórias e mediação de leitura. No mesmo período, assim como agora, atuei como professora de Cultura Brasileira, numa instituição privada de ensino bilíngue (inglês/português), ministrando aulas para estudantes estrangeiros e brasileiros na educação infantil e fundamental I, experiência que tem proporcionado reflexões importantes sobre minha prática como arte/educadora

Todas essas experiências profissionais e artísticas potencializaram as minhas reflexões a respeito das diferenças entre a fundamentação teórica das diretrizes estabelecidas pelas referidas leis de educação étnico-racial e sua efetiva implementação nas práticas e metodologias educacionais cotidianas. Neste campo da arte-educação, desejo compreender como, por meio da literatura infantil e

linguagem artística da contação de histórias, pode-se construir de fato práticas antirracistas (GOMES, 2012), tendo como premissa a superação do etnocentrismo europeu, que ainda estrutura as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, assim como nos sistemas de educação formal e a maior parte de nossos parâmetros curriculares.

Ainda não tenho respostas, nem fórmulas mágicas. Sigo com as pesquisas independentes nas margens da universidade, mas cada vez mais entregue, imersa na literatura infantil, nos contos populares e na paixão pela formação de professores. Se hoje eu pudesse reencontrar o diretor geral do banco em que trabalhei, eu poderia responder com orgulho àquela pergunta arrogante sobre onde é a escola vai me levar. A escola me levou a conhecer São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Portugal, Cuba, Moçambique e Chile. Não me levou ao mítico Quilombo dos Palmares, mas a conhecer resistência viva e conviver com pessoas do Quilombo do Ivaporunduva, Mandira, Pedro Cubas, Quilombo São José, Comunidade Quilombola Dito Ribeiro, Quilombo de Nossa Senhora do Rosário de Justinópolis, Comunidade Quilombola dos Arturos, Comunidade do Jatobá, Quilombo do Açude, subir o Rio Amazonas de barco e conhecer comunidades ribeirinhas e histórias da Amazônia. no Amapá, tantos lugares lindos deste país. Depois de tantas voltas e descobertas, tenho certeza que o ato de educar, formar de professores, contar histórias, pesquisar, transcriar essa cultura afro-luso-ameríndia é um caminho sem volta para essa quase bancária, quase atriz, quase jornalista e hoje devota convicta do poder da educação e da literatura infantil na transformação do ser humano e conseqüentemente de um mundo melhor.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Conferência apresentada ao TED — Technology, Entertainment, Design. Oxford, Reino Unido, jul. 2009. Trad. Goreti Araújo. Rev. Paulo Calçada. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript>.

CÁRDENAS ANGULO, Teresa. Mão Sereia. Trad. Michelle Strzoda. Rio de Janeiro: Pallas Mini, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n.1, p. 98-109, Jan/Abr. 2012.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n. 92/93, p. 69-82, Jan./Jun. 1988.

HAMPATÉ- BÂ, Amadou. Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.) *História geral da África*. v.1: Metodologia e pré-história da África, Brasília: Ática/Unesco, 1982.

NUNES, Gabriela. Vovó Cici e o Saber Ancestral das histórias. Site *Saravá: memórias e afetos*. Disponível em: <<http://www.saravacidade.com.br/ser/vovo-cici-e-o-saber-ancestral-das-historias/>>.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. Áfricas e diásporas na literatura infanto-juvenil no Brasil e em Moçambique. Salvador: EDUNEB, 2014.

PERROTTI, Edmir. Infoeducação: um passo além científico-profissional. *Informação Profissões*, v.5, n.2, p. 4-31, Jul/Dez. 2016.